

A AQUISIÇÃO DE PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA POR SURDOS ADULTOS SURDOS.

Ester Fernandes Nunes¹ (UFT)

Kátia Aparecida de Souza Costa Matias² (UFU)

Este trabalho apresenta dados preliminares de nossa pesquisa realizada junto a um grupo de alfabetizando surdos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) do Governo Federal na cidade de Araguaína – Tocantins, com o objetivo de levantar hipóteses investigativas sobre o papel da L1 na construção da L2 e as influências de um input favorável a aquisição da primeira língua dentro do período crítico e suas implicações, especialmente no processo de aprendizagem de uma segunda língua. Partindo do pressuposto que Libras é a língua de instrução dos surdos e o português uma segunda língua adquirida, analisamos e descrevemos processo a partir da realização de entrevistas com três alunos surdos, participantes do programa na de dados que evidenciassem as características da aquisição. A análise e descrição dos dados foram realizadas a luz de teorias que compreendem que L1 e L2 se completam, e uma contribui na aquisição da outra. A partir dessas observações e análises sistemáticas durante as aulas. Identificamos que o conhecimento de L1 contribui para a aquisição de L2, conforme os dados de nossa pesquisa.

Palavras-chave: Alfabetização em Libras. Surdo. Aquisição De L1 e L2.

¹ Mestranda em Letras: Ensino de língua e literatura na Universidade Federal do Tocantins – UFT. Intérprete de libras na Universidade Federal do Tocantins - UFT em Araguaína-TO. Email: efnlibras@gmail.com

² Bacharel em Letras Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Intérprete de Libras na Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

Introdução

Com a implementação da lei 10.436/2002 no Brasil, as políticas públicas em favor dos direitos linguísticos dos surdos ganharam forças, uma vez que a Língua Brasileira de Sinais (libras) consolidou-se como meio legal de comunicação e foi conceituada como um “sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”.

A língua de sinais (LS) constitui-se a materialização da identidade e cultura dessas pessoas (SACKS, 2009), podemos então inferir que o status linguístico que lhe foi conferido por meio do marco legal legitimou na comunidade surda a ciência de pertencimento a um grupo com características identitárias e linguístico-culturais específicas, e vinculado ao sentimento de coparticipante do grupo, se estabelece o orgulho de ser surdo, que se constitui um ato político que abre espaços para mudanças relacionadas as imposições da cultura majoritária ouvinte (MCCLEARY 2003).

O reconhecer-se como sujeito cultural e membro do grupo que os torna sujeitos politizados, também contribui para maior engajamento na luta em favor dos direitos coletivos. Essas ações intensificam a presença de surdos em diferentes espaços como o meio acadêmico e o mercado de trabalho, aumentam a demanda pelo tradutor/ intérprete de libras, e contribui para uma mudança de paradigma social em relação à concepção do surdo como deficiente, anormal e inferior, que por muito tempo vem sendo disseminada de maneira opressiva e excludente. A sociedade se alerta para a importância do aprendizado da LS, e do diferencial que esse aprendizado proporciona ao ato comunicativo, que podemos sugerir como algumas das mudanças descritas pelo autor.

Mudanças de paradigmas vêm acontecendo também no âmbito educacional desde que o decreto 5.626/2005 que regulamenta a lei outrora mencionada, veio garantir-lhes o direito a uma educação bilíngue que contemple a libras como língua de instrução desde as séries iniciais. A presença de surdos em diferentes contextos promove uma mudança de discurso em relação à surdez e suas implicações, e aos poucos a filosofia da diferença é substituída pela experiência da outridade³. (PERLIN E QUADROS 2006).

³ As autoras definem outridade como o reconhecer o outro em sua alteridade, diferença e identidade a partir do momento em que o ouvinte se coloca em seu lugar e muda o conceito de normalidade que os pressupõe como superiores aos surdos. (Perlin e Quadros 2006, p. 168)

Aos poucos a comunidade surda vem alcançando por meio de suas aspirações a quebra de protótipos no que tange à língua, cultura, identidade surda e acessibilidade comunicativa. E uma dessas conquistas é a presença do intérprete em sala de aula, que oportuniza aos surdos um ambiente de conforto linguístico, além da visibilidade do profissional enquanto mediador da comunicação que por muito tempo foi vista pelo lado assistencialista.

Mas o reconhecimento legal da profissão de tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais é recente, se deu por intermédio da lei nº 12.319/2010. Os primeiros bacharéis em Letras-Libras (graduação específica para formação desse profissional) da América Latina formaram-se aqui no Brasil no ano de 2012, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Importante ressaltar que o curso tem sido apresentado como modelo de referência de formação de professores de libras e intérpretes para universidades da China, Alemanha, Estados Unidos e Hong Kong⁴.

Os documentos legais contribuíram para mudanças significativas relacionadas a surdez, que não devem ser pretextos para acomodação. Muito ainda há que ser feito no nível de políticas públicas, de quebra de paradigmas e desmistificação de falsos conceitos que envolvem o tema, em favor dos surdos enquanto sujeitos culturais.

Como forma de contribuição para as pesquisas na área, nos propomos a realizar esse trabalho que está subdividido em quatro momentos: o primeiro trata do processo de aquisição da linguagem e seus efeitos, o segundo momento falamos acerca da inclusão, o terceiro apresentará dados da pesquisa de campo e por último a conclusão.

Os dados foram gerados com o intuito de evidenciar características da aquisição de primeira língua de cada aluno surdo participante do processo de ensino - aprendizagem para análise, relatadas nesse trabalho que pretende contribuir para uma melhor reflexão acerca de metodologias e didáticas pedagógicas utilizadas na educação de surdos.

Os preceitos legais que preveem a existência de duas línguas nesse contexto é um tema que requer maiores discussões. Com base nesse pensamento, esperamos contribuir por meio dessa pesquisa para um posicionamento mais crítico frente a essa realidade.

⁴ O modelo do curso foi apresentado durante a 3ª Conferência Internacional de Linguística de Sinais e Educação de Surdos na Ásia pela professora Ronice Müller de Quadros da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Informação extraída do site: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/07/graduacao-ead-em-libras-forma-surdos-em-todo-o-pais-e-interessa-china.htm>. Acessado em 19/12/2013.

1- Aquisição da linguagem

Nascemos dotados de capacidade à aquisição de uma língua, independentemente da modalidade em que a mesma se apresenta (QUADROS & KARNOPP 1994). Tal capacidade é acionada especialmente na infância no seio familiar. O ambiente linguístico a que a criança é exposta, será o que de fato a norteará em relação à língua. (FINGER E QUADROS 2008).

Essa afirmação nos remete a necessidade de um *input* favorável à aquisição da língua materna. E se tratando da Língua de Sinais, considerando que a maioria dos surdos advém de famílias ouvintes que desconhecem a língua, e nem sempre buscam o seu aprendizado, a tendência é que haja de fato um atraso na aquisição.

Esse perigo é muito maior quando a criança é surda – porque os pais (ouvintes) talvez não saibam como se dirigir à criança e, se chegarem a se comunicar, podem usar formas rudimentares de diálogo e linguagem que não favorecem o progresso da mente da criança, e de fato, impedem seu avanço. (Sacks 1990, p. 63).

Uma aquisição tardia poderá ocasionar danos irreversíveis, por isso, as que crianças surdas precisam ser expostas a língua materna o quanto antes para que não haja interrupção na maturação cerebral.

Políticas públicas que privilegiam a Libras como língua de instrução dos sujeitos surdos desde a alfabetização já existem, mas ainda assim, um número considerável deles continua adquirindo a sua primeira língua na tardiamente ou fora do período crítico que para Quadros e Pizzio (2011) *apud* Lennenberg (1967) é assim denominado por ser se tratar de um período mais sensível ou o “pico” do processo de aquisição da linguagem, e tem início por volta dos dois anos de idade, encerrando-se na puberdade.

O ideal seria que os pais, após o primeiro contato com o profissional da saúde sobre o diagnóstico da surdez, tivessem também acesso a informações sobre o universo surdo. Faz-se necessário o contato com profissionais da educação como professores bilíngues, intérpretes de língua de sinais brasileira, e principalmente, professores/adultos surdos para referenciar a possibilidade de os Surdos tornarem-se adultos viáveis, representativos na sociedade, aptos, funcionais e independentes. A criança surda, desde sempre, deve manter estes contatos. Deve ser explicado aos pais que eles não estão diante de uma tragédia, mas diante de outra forma de comunicação,

além de garantir à família a oportunidade de aprender sobre a comunidade surda e a língua de sinais.

Nesse sentido, a participação da família no processo é de fundamental importância. A mãe detém um enorme poder sobre a concretização do processo de aquisição de primeira língua. E o desempenho linguístico de uma criança pode ser comparado ao de uma planta que requer cuidados específicos para o desenvolvimento pleno. (SACKS, 1990; FINGER E QUADROS, 2008). Deste modo, a aquisição de L1 é vista como algo que requer bases sólidas, experienciadas inicialmente no contexto familiar.

2- Inclusão

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 propõe um modelo educacional inclusivo em que todos os alunos devem estar inseridos em sala de aula de ensino regular. Esse é o modelo de educação inclusiva vigente, que por sinal tem sido alvo de críticas, conforme as reflexões de Machado (2008, p. 72):

O processo de inclusão/integração, que vê como positiva a inserção do aluno na escola regular, o faz fundamentado na ideia de aproximá-lo das pessoas “normais”, e também porque julga os surdos como capazes de acompanhar os ouvintes e de se desenvolverem como eles. Entretanto, os surdos que frequentam a escola regular, na maioria dos casos, apresentam dificuldades linguísticas que, além de complicar o trabalho do professor, acarretam o fracasso escolar (repetência e desistência/ evasão).

Essa tem sido a realidade dos alunos surdos: são inseridos em salas do ensino regular sem domínio satisfatório da sua língua materna, e se vê imerso em um universo onde as informações circulam em uma língua que além de não ser a sua primeira língua, é à base do aprendizado. Comprometendo dessa forma, seu nível de letramento, levando em conta que uma língua compartilhada circulando em sala de aula é condição indispensável para que os surdos se tornem letrados. (Guarinello, 2007, p. 56).

Skliar (1997) sustenta que o conhecimento precedente de uma língua contribui para aquisição da segunda língua, e sustenta a importância da língua de sinais no cotidiano da criança e da presença de adultos surdos na escola para que seja garantido esse conhecimento.

No modelo inclusivo a realidade tem sido outra, já que os professores não tem domínio da LS, e os recursos visuais muitas vezes não são priorizados, as adaptações de conteúdos não acontecem

A Língua muitas vezes é ensinada por meio de atividades mecânicas e repetitivas como se fosse um código pronto e acabado. A descontextualização da linguagem, de seus valores, usos e significados e sociais elimina o fato de o aprendizado da escrita depender das relações das relações que a criança estabelece com seus interlocutores e com a escrita. Os procedimentos utilizados com os surdos envolvem uma prática estruturada e repetitiva, na qual a língua é concebida como um conjunto de regras que o aluno tem de aprender para falar e escrever bem. Assim, não se fala em aquisição, apenas em ensino e aprendizagem da língua. (Guarinello, 2007, p.55).

3- O Programa Brasil Alfabetizado

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) é um programa do governo federal que por meio do Ministério da Educação do Brasil visa garantir o acesso e continuidade dos estudos para grupos sociais historicamente excluídos, como as pessoas com deficiências que não tiveram oportunidade de completar seus estudos. Alguns dos objetivos do PBA constam no documento Princípios, Diretrizes e Estratégias e Ações de apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e Alfabetizadores⁵, dentre os quais destacamos:

- a) Criar oportunidade de alfabetização a todos os jovens adultos e idosos que não tiveram acesso ou permanência no ensino fundamental.
- b) Promover com qualidade o acesso à educação de jovens, adultos e idosos e sua continuidade no processo educativo.

Um dos preceitos do PBA também presente no documento é de que o processo alfabetizador é dialógico e incorpora diferentes elementos, sendo, portanto necessário pensar uma metodologia que transcenda a perspectiva puramente técnica de aquisição da escrita, possibilitando aos jovens, adultos e idosos, aprendizagens significativas compreendendo a escrita como patrimônio sociocultural e o processo de alfabetização em estreita relação com a vida dos sujeitos.

Partindo do pressuposto de aprendizagem significativa presente no documento, é que buscamos compreender as influências que o conhecimento de uma primeira exerce no aprendizado de uma segunda língua.

⁵ Documento disponível no site do Ministério da Educação através do link: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17457&Itemid=817. Acessado dia 01/09/2013 às 14h35min.

4 – A pesquisa

Trata-se de pesquisa bibliográfica (GIL, 2002, p. 44) em estudo de caso sob perspectiva qualitativa realizada junto a um grupo de alfabetizados do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) do Governo Federal, do qual faço parte como Intérprete de Língua Brasileira de Sinais em Araguaína – Tocantins.

Nesse contexto, atuamos como instrumento de acessibilidade linguística dos sujeitos surdos atendidos pelo programa. Em parceria com os alfabetizadores, no que diz respeito à orientação de metodologias de ensino que contemplem as especificidades linguísticas dos educandos, e em relação às adaptações de conteúdos e elaboração de atividades que privilegiem a modalidade da língua que é visual-gestual, de maneira a contemplar as legislações vigentes, que garantem aos surdos o direito de serem instruídos na sua língua materna.

A pesquisa envolveu geração de dados por meio de entrevistas e questionários aplicados. O trabalho aconteceu de abril a dezembro de 2013, e a deia surgiu a partir de observações inicialmente informais acerca do desempenho dos alunos surdos ao realizarem as atividades propostas.

Os alfabetizados alvo da pesquisa estavam na faixa etária entre 34 a 43 anos, e fora unânimes em manifestar que buscavam na língua portuguesa um facilitador da comunicação com os ouvintes.

Durante as observações inicialmente informais, os que tinham maior domínio de libras tinham melhor desempenho em relação aos demais quanto a aquisição de português como L2. Esses e outros questionamentos instigaram-nos a realizar essa pesquisa que tem como objetivo conhecer a fundo a realidade desse grupo de educandos surdos adultos. Por meio da coleta de dados, características da aquisição de primeira língua dos participantes foram elencadas para uma análise que incluiu também entrevista com familiares para resultados mais consistentes e proveitosos.

Conclusão

Diante dos resultados obtidos com a pesquisa, ficou claro que quanto mais à vontade o sujeito estiver em sua língua materna, melhor será a aquisição para o aprendizado de uma segunda língua, pois os surdos que tinham maior domínio da libras,

consequentemente tiveram melhor desempenho no aprendizado de LP. Já os surdos que adquiriram tardiamente a língua materna, apresentaram maiores dificuldades com a LP.

. A presença do profissional tradutor/ intérprete de libras nesse contexto configura-se a efetivação dos direitos de acessibilidade linguístico-comunicativa dos surdos, além de oportunizar acesso real aos conteúdos repassados e efetiva participação no processo de ensino/aprendizagem, já que os educandos buscam na língua portuguesa um facilitador da comunicação com o mundo ouvinte.

REFERENCIAS

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 abr., 2002.

BRASIL. Decreto n.º 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 22 de dez., 2005

BRASIL. Lei n.º 12.319, de 01 de setembro de 2012. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 01 set., 2012.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 01 set., 2012.

FINGER I.; QUADROS, R. M. **Teorias de Aquisição da Linguagem**. Editora da UFSC 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4ª edição. Atlas São Paulo. 2002.

GUARINELLO O papel do outro na escrita de sujeitos surdos. São Paulo, plexus, 2007.

MACHADO, P. C. **A política educacional de integração/ inclusão – Um olhar sobre o egresso surdo**. Editora da UFSC. Florianópolis. 2008.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. 192 p.

QUADROS, R. M.; SUTTON-SPENCE, R. Poesia em língua de sinais. Traços da identidade surda. In: QUADROS, Ronice M. (Org.). **Estudos Surdos I: Série de Pesquisas**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2006. p. 110-165.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

QUADROS, R. M, PIZZIO A. L. **Disciplina Aquisição de Língua de Sinais**. Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na modalidade a Distância. UFSC 2011.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. 1990

SANTOS, Silvana Aguiar dos Santos. **Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: um estudo sobre as identidades**. 2006. 196 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ **Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: _____ **A surdez. O olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. p. 7-32.

STROBEL, K. L. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. 2008. 176 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PERLIN, G. QUADROS, R.,M. **Estudos surdos- ouvinte: o outro do ser surdo**.

McCLEARY, L. O orgulho de ser surdo. In: Encontro paulista entre intérpretes e surdos, 1, (17 de maio) 2003, São Paulo: Feneis-SP [local: faculdade sant'anna]

